



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2011
(Do Sr. Rubens Bueno)

Propõe ato de fiscalização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, sobre contratação por parte do INEP de empresas da área de informática.

Senhor Presidente,

Proponho a Vossa Excelência, com base no art. 70 da Constituição Federal CF, c/c os artigos 60, incisos I e II, e 61, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido este plenário, se digne a adotar as providências necessárias, para que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize atos de fiscalização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, em contratos firmados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), vinculado ao Ministério da Educação, com as Empresas: Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda, Monal Informática Ltda e DNA Soluções Inteligentes Ltda, possivelmente de fachada, para a prestação de serviços de segurança da informação na internet, elaboração de clipping e rastreamento de notícias.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

JUSTIFICATIVA

Como é de notório conhecimento, através do pregão de licitação, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP) contratou empresas para prestar a segurança da informação na internet.

Os preços registrados no Pregão 15/2011 do INEP estão, conforme entrevistas de empresários do ramo, muito além do praticado no mercado na área de segurança de rede. O valor total da licitação é de R\$ 42,6 milhões, sendo que três empresas venceram a disputa. As empresas ganhadoras foram a Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda; Monal Informática e a DNA Soluções Inteligentes.

Sobre a empresa Jeta Soluções e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda, conforme informações veiculadas pelo INEP, prestou serviço de solução integrada de hardware e software desenvolvida para proteger e-mails contra spam, vírus, falsificação, phishing e ataques de spyware.

O contrato foi assinado por José Francisco Alves Silva e Giovanni Santos Viana Filho, conforme informações da Junta Comercial do Distrito Federal, que também relatou que a grafia do último nome de um dos sócios está diferente do registrado na referida Junta. Destaca-se que os dois proprietários atuam na área musical há mais de dez anos.

A referida empresa, conforme dados apresentados pela Junta Comercial do Distrito Federal nunca tinha trabalhado para o serviço público. A primeira disputa foi a licitação do INEP. O primeiro contrato foi publicado no Diário Oficial da União no dia 3 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

outubro do corrente, no valor de R\$ 135 mil, entretanto o valor total do contrato é de R\$ 6,4 milhões.

Sobre a empresa Monal Informática Ltda., a mesma tem capital de R\$ 3 mil, e receberá pelo contrato com o INEP R\$ 12,5 milhões por um ano de clipping, ou rastreamento de notícias, on-line. Segundo informações veiculadas pela Junta Comercial do Distrito Federal a empresa é comandada por Aristides da Silva Monteiro, empresário de 84 anos que informou ao Correio Braziliense, desconhecer contratos, atividades e até mesmo onde fica a empresa. Tanto o registro da Junta quanto a página na internet da Monal apontam para o endereço na Quadra 803 Bloco C loja 10, no Cruzeiro Novo, porém, no local funciona a RA Contábil, empresa de contabilidade e de “ escritórios virtuais”. Funcionários da referida empresa, disseram desconhecer a empresa de informática.

A empresa Monal ganhou os lotes 3 e 6 do pregão do INEP, para contratação de segurança da informação, sendo o resultado publicado no Diário Oficial da União de 24 de agosto do corrente. O valor global é de R\$ 12,5 milhões.

Sobre a empresa DNA Soluções Inteligentes Ltda., cumpre mencionar que está registrada em nome de Enisa Laves de Sousa, e fornece o checkpoint, um sistema de segurança que impede usuários externos de entrarem na rede interna do INEP. A referida empresa, conforme relatado pela Junta Comercial do Distrito Federal, funciona em uma sala comercial na Asa Norte, sem identificação ou responsável. O contrato da DNA é de R\$ 2,6 milhões.

Em relação às empresas Monal e DNA, destaque-se que ambas tem como responsável o Sr. Andre Luis Sousa Silva, que informou ter comprado a Monal no início do ano e que ainda não conseguiu efetuar a transferência. Sobre a empresa DNA, o Sr. Andre Luis Sousa Silva afirmou que foi fundada em 2008, e está registrada em nome de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

sua mãe. A DNA presta serviços para o governo federal desde 2010, tendo recebido, conforme informações da Junta Comercial do Distrito Federal o valor de R\$ 917,5mil, sendo que recebeu do INEP o valor de R\$ 850,9 mil. O empenho do recurso foi feito em três parcelas e no mesmo dia, 27 de dezembro de 2010. Em 2011 o contrato passou para R\$ 4,3 milhões, fora os valores estipulados no novo pregão.

Ao ser questionado, André Luís Sousa Silva informou trabalhar na área de tecnologia da informação há muitos anos e que ele mesmo é quem desenvolve os produtos.

Segundo o INEP, através de nota, até agora só um contrato foi fechado com a Monal, no valor de R\$ 1 milhão, os serviços são referentes aos dois lotes do pregão e incluem a instalação do aplicativo que rastreia notícias e informações sobre determinados assuntos e que a contratada cumpriu com as obrigações pactuadas. Informou também que a empresa apresentou todas as exigências legais, inclusive uma garantia no valor de 5% do contrato. Sobre contratos com a DNA, o INEP não respondeu.

O advogado de Andre Luis Sousa Silva, Expedito Júnior, informou que as empresas DNA e Monal estão sendo regularizadas na Junta Comercial do Distrito Federal. No entanto, todas essas evidências demonstram a necessidade da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em atuar na fiscalização dos contratos efetivados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) com empresas da área de informática.

São os motivos pelos quais solicitamos o apoio dos nobres deputados desta Comissão para aprovar esta Proposição.

Sala da Comissão, em de novembro de 2011.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Deputado Rubens Bueno
PPS/PR